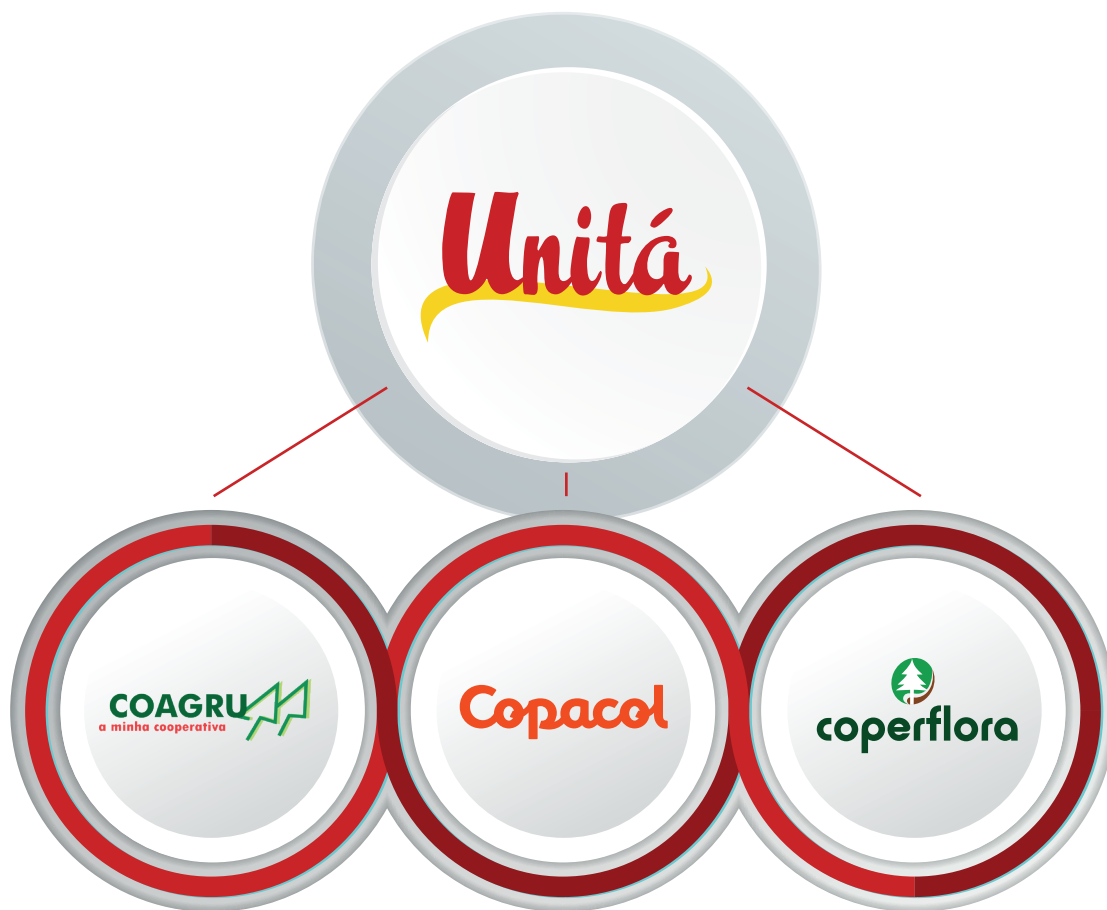




Relatório do Conselho de Administração

2025

Intercooperação



Mensagem do Conselho de Administração



O trabalho de excelência realizado do campo à indústria se mostrou essencial neste ano. Com o registro de influenza aviária em uma granja comercial no Rio Grande do Sul, em maio, os protocolos sanitários seguidos com rigor, de ponta a ponta, demonstraram que estamos fazendo a nossa lição de casa.

Apesar desse cenário, tivemos impactos diretos na produção e nas exportações. Ainda assim, seguimos avançando e conquistando novos mercados, como é o caso do Reino Unido, com a habilitação de novos cortes, e do Chile, com a farinha de pena.

Também mantivemos nossas certificações nacionais e internacionais, por meio de auditorias internas e externas realizadas regularmente, reforçando o compromisso com a qualidade, a segurança dos alimentos

e a conformidade dos nossos processos.

A cooperação, presente em nossa essência, também se reflete na geração de emprego e renda para as famílias da região. Um exemplo disso é o Programa Jovem Aprendiz, além da constante capacitação dos nossos colaboradores, para que possam crescer e se desenvolver pessoal e profissionalmente.

Essa é a nossa forma de valorizar as pessoas, as famílias e as comunidades onde estamos inseridos.

Seguimos confiantes para mais um ano. Com a união e a dedicação de todos, vamos enfrentar os desafios e buscar novas oportunidades para continuar crescendo, evoluindo e avançando continuamente.

Valter Pitol
Diretor-presidente

Expediente



DIRETORIA EXECUTIVA

Valter Pitol
Diretor-presidente

Cavalini Carvalho
Diretor-vice-presidente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Titulares:
James Fernando de Moraes
Jurandir Leonildo Zampieri
Silvério Constantino
Valdir Batista

Suplentes:
Clari Luiz de Lázari
Elder Candido Gabriel
Sergio Luiz Squizatto

CONSELHO FISCAL

Titulares:
Andrei Buss
Lourival Malagutti
Nelson Vieira de Andrade

Suplentes:
João Alves Rodrigues
Luiz Carlos Canola
Rubens Gomes Reis

GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO

Ileize Wessler Dal Rovere
Gerente de Comunicação

Josimar Bagatoli
Jornalista Responsável

Gabriel Felipe Francine Trento Valdecir Xavier Amanda Monteiro

Jornalistas

Juliana Prestes Tietjen

Projeto Gráfico

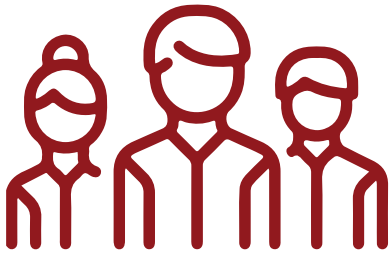
Índice

- 06 Trabalho que gera desenvolvimento
- 07 Prevenção que garante estabilidade produtiva
- 08 Maiores importadores
- 09 Boas Práticas em evidência
- 10 Desenvolvimento e valorização de pessoas
- 14 Compromisso Ambiental
- 15 Demonstrações Contábeis



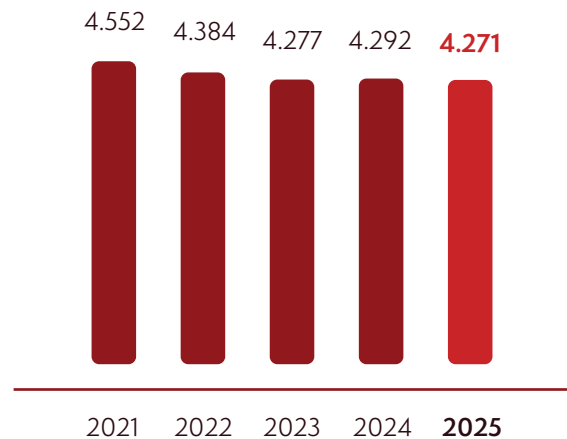
Colaborador Leonardo Aparecido Nascimento foi premiado no Programa Colaborador Destaque

Trabalho que gera desenvolvimento



O trabalho realizado na Unidade Industrial de Aves em Ubitatã é sustentado por dedicação, responsabilidade e espírito cooperativista. Essa base fortalece oportunidades, impulsiona o desenvolvimento e reafirma o compromisso com quem cresce junto.

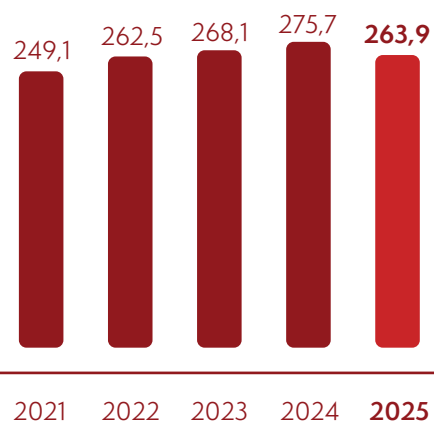
COLABORADORES



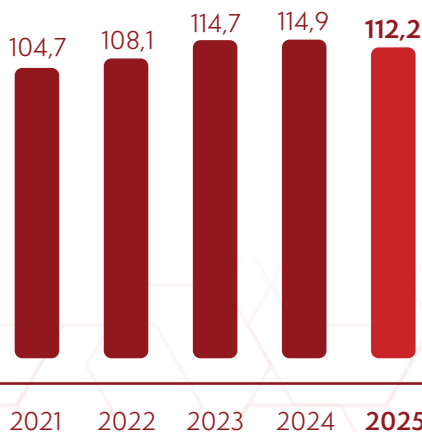
Prevenção que garante estabilidade produtiva

O fortalecimento das medidas de biossegurança foi essencial para manter a segurança da produção avícola em um período sensível para o setor. Em maio, o registro de influenza aviária em uma granja comercial no Rio Grande do Sul trouxe reflexos na produção e nas exportações, destacando ainda mais a importância dos protocolos sanitários na proteção da atividade.

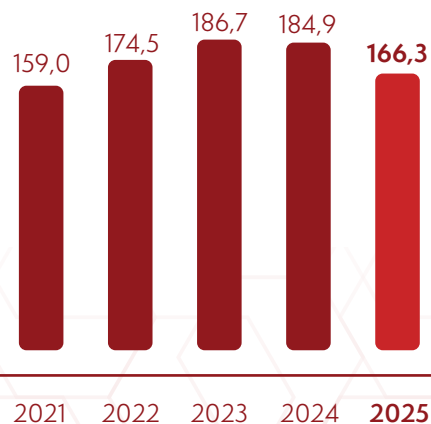
CARNE PRODUZIDA
(mil/T)



AVES ABATIDAS
(milhões/cabeça)



**EXPORTAÇÃO DE CARNE
DE FRANGO** (mil/T)





Maiores importadores



Novas oportunidades no mercado internacional

A abertura do mercado do Reino Unido possibilitou o desenvolvimento do produto peito salgado para exportação, ampliando as oportunidades comerciais e contribuindo para a conquista de novos mercados.

TOP 5



Iraque



África do Sul



Japão



República Democrática do Congo



China

Farinha no mercado exterior

A Cooperativa realizou o primeiro envio de farinha de penas produzida em Ubitatã ao Chile, destinada à ração para salmão. A conquista marca a abertura de um novo mercado internacional e amplia a geração de valor aos derivados industriais.



Boas Práticas em evidência

Cultura da Qualidade fortalecida

Entre os dias 24 e 29 de março foi realizada a 4ª Semana da Qualidade e Segurança de Alimentos com ações voltadas ao reforço das BPF (Boas Práticas de Fabricação). A programação contou com apresentações culturais, gincanas, minicursos e atividades educativas.



Certificações:

BRCG e Halal

03 auditorias de certificações

21 auditorias internas

Investimentos



**R\$ 22,5
milhões**

na ampliação da
produção de IQF



**R\$ 17,1
milhões**

na execução do
projeto de prevenção
e combate a incêndios



**R\$ 2,8
milhões**

na automação da
retirada de Sassami

Desenvolvimento e valorização de pessoas



Colaboradora
Cleide Pereira
de Souza teve
oportunidades
na Cooperativa

Oportunidade para jovens

○ **Programa Jovem Aprendiz** contratou **43 jovens**. Desde o início da iniciativa, **374 jovens** já participaram do programa, fortalecendo a qualificação e a inserção no mercado de trabalho.



Compromisso com a Segurança

A **34ª SIPAT** em Uiratã reforçou as Regras de Ouro e a prevenção de acidentes, envolvendo colaboradores em ações de conscientização. A iniciativa destacou que a segurança e a preservação da vida são prioridades no dia a dia das atividades de cada trabalhador.

Integração e Conhecimento

Colaboradores de Uiratã participaram do **Intercâmbio Copacol**, conhecendo a história, os processos e a dimensão da Cooperativa. A ação reforça o engajamento e o impacto do trabalho de cada profissional nos resultados.



Treinamento, Desenvolvimento e Capacitação

Ao longo do ano, a Unidade Industrial de Aves em Ubiratã investiu no fortalecimento das competências de seus colaboradores por meio de ações de treinamento e desenvolvimento. No período foram realizados **4.879 treinamentos**, totalizando **647 horas de capacitações** e **4.233 participações** de colaboradores.

Ações que geram impacto

No **Dia C** colaboradores, em parceria com demais cooperativas do município, arrecadaram **R\$ 25 mil com a Feijoada do Bem**, destinando o valor ao Instituto SOS – Cícero Nuto de Figueiredo. A ação reforçou o compromisso com a comunidade local.



Família e trabalho

A ação oportunizou aos filhos dos colaboradores conhecer o ambiente de trabalho dos pais e suas atividades, por meio do projeto **Um Olhar para o Futuro**, fortalecendo a integração entre família e Cooperativa.



Valores que guiam nossas atitudes

Os colaboradores participaram da **Semana da Integridade**, com ações voltadas ao fortalecimento da ética, da transparência e das atitudes responsáveis. A programação contou com dinâmicas, diálogos e atividades educativas.



Reconhecimento que motiva

O **Colaborador Destaque** valoriza profissionais que se dedicam e contribuem diariamente para o crescimento da Cooperativa, fortalecendo o engajamento e o clima organizacional. **62 colaboradores** foram reconhecidos com a premiação.

Compromisso Ambiental



A Unidade Industrial de Ubitatã mantém a sustentabilidade como um princípio em suas atividades, adotando práticas voltadas ao uso responsável dos recursos naturais e à preservação do meio ambiente. As ações de tratamento de água e efluentes, redução de resíduos e melhoria contínua dos processos reforçam o compromisso com uma produção cada vez mais sustentável.



12.000 m³

de efluentes
tratados ao dia



1.000 m³

de água tratada
para reuso ao dia



840 toneladas

de materiais destinados
à reciclagem



425 toneladas

de resíduos não
recicláveis destinados
ao aterro industrial



1.737 toneladas

de resíduos
orgânicos enviadas
à compostagem



7.877 toneladas

toneladas de resíduos
orgânicos dos sistemas
de tratamento de
efluentes enviadas à
produção de biogás

— Demonstrações Contábeis



BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em Reais (R\$ 1,00)

Ativo	Nota explicativa	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	18.945.391,51	21.369.206,93
Duplicatas a receber - filiadas		5.550.000,00	5.550.000,00
Adiantamento a fornecedores		22.610,47	0,00
Impostos a recuperar	5.2	748.377,33	5.522.738,53
Total do ativo circulante		25.266.379,31	32.441.945,46
Depósitos judiciais		232.425,15	303.356,07
Investimentos	5.3	666.172,56	569.986,10
Imobilizado	5.4	225.778.279,10	260.730.857,88
Intangível	5.5	5.450,89	8.813,58
Total do ativo não circulante		226.682.327,70	261.613.013,63
Total do ativo		251.948.707,01	294.054.959,09

As Notas Explicativas da Diretoria, são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em Reais (R\$ 1,00)

Passivo	Nota explicativa	2025	2024
Empréstimos e financiamentos	5.6	89.275.036,48	116.758.995,18
Outras obrigações a pagar	5.9	569.313,07	533.505,18
Obrigações sociais e tributárias	5.7	543.968,60	269.028,48
Obrigações com pessoal	5.8	47.375,91	44.969,52
Total do passivo circulante		90.435.694,06	117.606.498,36
Empréstimos e financiamentos	5.6	32.310.306,50	51.947.743,21
Outras obrigações a pagar	5.9	5.297.800,00	5.797.800,00
Total do passivo não circulante		37.608.106,50	57.745.543,21
Patrimônio líquido			
Capital social realizado	5.10	78.000.000,00	78.000.000,00
Reservas estatutárias	6.1	44.141.606,39	40.022.692,19
Sobras do exercício		1.763.300,06	680.225,33
Total do patrimônio líquido		123.904.906,45	118.702.917,52
Total do passivo		251.948.707,01	294.054.959,09

As Notas Explicativas da Diretoria, são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

Encerradas em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em Reais (R\$ 1,00)

Contas	2025	2024
Ingressos/receita operacional bruta	66.600.000,00	66.600.000,00
(-) Deduções dos ingressos/receitas	(6.160.500,00)	(6.160.500,00)
Ingressos/receita operacional líquida	60.439.500,00	60.439.500,00
Dispêndio/custos dos serviços	0,00	0,00
Sobra/lucro bruto operacional	60.439.500,00	60.439.500,00
Dispêndios/Despesas	(36.150.404,13)	(38.332.575,62)
Com pessoal	(1.681.933,83)	(2.431.420,71)
Administrativas/operacionais	(35.374.833,02)	(29.835.003,38)
Tributárias	(182.017,08)	(6.157.798,82)
Outros dispêndios e ingressos operacionais	1.088.379,80	91.647,29
Resultado antes do financeiro	24.289.095,87	22.106.924,38
Resultado financeiro	(15.399.223,07)	(18.688.310,99)
(-) Dispêndios/despesas financeiras	(17.510.155,11)	(21.104.891,01)
Ingressos/receitas financeiras	2.110.932,04	2.416.580,02
Resultado antes do IRPJ e CSLL	8.889.872,80	3.418.613,39
(-) Provisão para imposto de renda PJ	(2.205.160,69)	(836.389,50)
(-) Provisão para contribuição social	(802.497,85)	(309.740,22)
Resultado/lucro líquido do exercício	5.882.214,26	2.272.483,67
Destinações legais/estatutárias		
(-) FATES resultado com terceiros	(4.547,39)	(5.065,90)
(-) FATES (10%)	(587.766,69)	(226.741,78)
(-) Reserva legal (20%)	(1.175.533,37)	(453.483,55)
(-) Reserva desenvolvimento (40%)	(2.351.066,75)	(906.967,11)
Sobras á disposição da AGO (30%)	1.763.300,06	680.225,33

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 e dezembro de 2025 e 2024

	Capital Social	Legal	Reservas estatutárias		Desenvolvimento	Sobras exercício	Total
Saldo em 31.12.2023	73.655.022,93	10.893.125,09	FATES	5.751.058,57	21.786.250,19	596.714,41	112.682.171,19
Distribuição das sobras						(596.714,41)	(596.714,41)
Sobras do exercício de 2024						2.272.483,67	2.272.483,67
Integralização capital	4.344.977,07						4.344.977,07
Sub-total	78.000.000,00	10.893.125,09		5.751.058,57	21.786.250,19	2.272.483,67	118.702.917,52
Destinações estatutárias							
Reserva legal (20%)		453.483,55				(453.483,55)	0,00
Fates (10%)			231.807,68			(231.807,68)	0,00
Reserva desenvolvimento (40%)					906.967,11	(906.967,11)	0,00
Saldo em 31.12.2024	78.000.000,00	11.346.608,64		5.982.866,25	22.693.217,30	680.225,33	118.702.917,52
Distribuição das sobras						(680.225,33)	(680.225,33)
Sobras do exercício de 2025						5.882.214,26	5.882.214,26
Sub-total	78.000.000,00	11.346.608,64		5.982.866,25	22.693.217,30	5.882.214,26	123.904.906,45
Destinações Estatutárias							
Reserva legal (20%)		1.175.533,37				(1.175.533,37)	0,00
Fates (10%)			592.314,08			(592.314,08)	0,00
Reserva desenvolvimento (40%)					2.351.066,75	(2.351.066,75)	0,00
Saldo em 31.12.2025	78.000.000,00	12.522.142,01		6.575.180,33	25.044.284,05	1.763.300,06	123.904.906,45

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Método Indireto)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	5.882.214,26	2.272.483,67
Ajustes ao resultado líquido		
Depreciação/amortização/exaustão	34.955.324,39	35.563.327,04
Juros transcorridos	16.397.875,27	20.881.161,09
Total	57.235.413,92	58.716.971,80
Variações nos ativos e passivos		
Aplicações Financeiras	0,00	18.543.542,92
Duplicatas a receber - filiadas	0,00	0,00
Adiantamento a fornecedores	(22.610,47)	0,00
Impostos a recuperar	4.774.361,20	6.429.211,87
Outros créditos - terceiros	0,00	0,00
Depósitos judiciais	70.930,92	130.837,12
Duplicatas a pagar - terceiros	35.807,89	497.675,58
Obrigações sociais e tributárias	274.940,12	(86.387,99)
Obrigações com pessoal	2.406,39	1.691,07
Outras obrigações a pagar	(500.000,00)	5.500.000,00
Provisões para contingências	0,00	(6.000.000,00)
Total	4.635.836,05	25.016.570,57
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Alienação de imobilizado	617,08	302,93
Pagamento pela compra de novos investimentos	(96.186,46)	(92.432,61)
Total	(95.569,38)	(92.129,68)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos obtidos	64.620.613,00	18.000.000,00
Amortização de empréstimos	(128.139.883,68)	(107.105.843,55)
Aumento de capital pelas filiadas	0,00	4.344.977,07
Pagamento de sobras	(680.225,33)	(596.714,41)
Total	(64.199.496,01)	(85.357.580,89)
Aumento/diminuição líquido no caixa e equivalentes de caixa	(2.423.815,42)	(1.716.168,20)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	21.369.206,93	23.085.375,13
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	18.945.391,51	21.369.206,93

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

1 – Contexto operacional

A UNITÁ COOPERATIVA CENTRAL é uma sociedade constituída em 20/10/2011, congregando (03) três cooperativas singulares de produtores rurais, Copacol, Coagru e Coperflora, tendo como objetivo prestar a suas filiadas serviços para promover, no interesse comum e com base na colaboração recíproca a que elas se obrigam, seu estímulo, seu desenvolvimento progressivo e a mais ampla defesa de seus interesses econômicos e sociais de caráter comum, sem objetivo de lucro. A entidade é regida pela Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista do país.

2 – Principais atividades desenvolvidas

A UNITÁ em maio/2021 arrendou a planta industrial para a Copacol Cooperativa Agroindustrial Consolata, que passou a ser responsável por todo processo de abate.

3 – Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da **UNITÁ** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e comparativos com 2024, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com observância também aos pronunciamentos contábeis em vigor e legislação aplicável as sociedades cooperativas.

A preparação e apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) convergidas das normas internacionais requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da **UNITÁ**. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando-se o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não-circulantes e instrumentos financeiros.

- a) **Balanco patrimonial:** elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, a legislação cooperativista e disposições específicas, a legislação comercial e fiscal em vigor, com observância dos princípios fundamentais de contabilidade, dos pronunciamentos e das orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Os direitos e obrigações recebíveis e vencíveis até 31/12/2026 foram classificados como “circulante”, e os vencíveis após esta data como “não circulante”.
- b) **Demonstração de sobras ou perdas:** estruturada em conformidade às disposições contidas nas Normas Brasileira de Contabilidade-NBCT 10.8, especialmente quanto à segregação do ato não cooperativo.
- c) **Demonstração das mutações do patrimônio líquido - DMPL e a demonstração dos fluxos de caixa – DFC:** foram elaboradas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, observadas as terminologias próprias adotadas pelas Sociedades Cooperativas, instituída pela Lei nº. 11.638/07, alterada pela Lei nº 11.941/09.

4 – Principais práticas contábeis

4.1 Regime de escrituração

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência para o registro das operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento dos ingressos e dispêndios das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

4.2 Reconhecimento das receitas

A receita compreende o valor faturado pela venda de mercadorias, prestação de serviços e contrato de aluguel. A UNITÁ adota como política de reconhecimento de receita, a data em que o produto é entregue ao comprador.

4.3 Instrumentos financeiros

Os instrumentos não derivativos, que incluem as disponibilidades, contas a receber, aplicações financeiras, obrigações com fornecedores, contas a pagar, empréstimos e financiamentos e outras obrigações a pagar, foram reconhecidas pelo seu valor justo, levando em consideração as operações e transações vinculadas por contrato que também foram atualizados com base nos índices indexados.

4.4 Ativos circulantes e não circulantes

a) Contas a receber

Os valores a receber das filiadas e clientes, são registrados pelo valor das notas fiscais de venda, de prestação de serviço e contrato de aluguel.

b) Investimentos

Os investimentos estão avaliados pelo custo de aquisição das quotas partes e não foi efetuada provisão para perdas por não existir evidências para isso.

c) Imobilizado

Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo custo de aquisição ou construção menos a correspondente depreciação acumulada. Os encargos de depreciação, amortização e exaustão foram calculados pelo método linear, mediante a aplicação de taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica dos bens.

Os ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Os reparos e manutenção das atividades em funcionamento foram apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a UNITÁ. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado foram capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido e incorporado ao valor do ativo imobilizado até a conclusão da construção, conforme prevê o Pronunciamento Técnico 20 – Custo de Empréstimos e Pronunciamento Técnico 37 - Ativo Imobilizado.

d) Vida útil de ativos de longa duração

A UNITÁ reconhece a depreciação de seus ativos de longa duração com base nos percentuais permitidos pela legislação vigente.

A Administração da UNITÁ não acredita que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas no cálculo de perdas por recuperabilidade de ativos de vida longa.

e) Intangível

De acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 foi introduzido o grupo de intangível e que atendem os requisitos específicos do Pronunciamento Técnico CPC nº 04 – Ativo Intangível, que foi reclassificado do grupo do imobilizado para o grupo de contas específicas de ativo intangível.

f) Depreciação e amortização

Os encargos de depreciação e amortização totalizam R\$ 34.955.324,39 (trinta e quatro milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e vinte e quatro reais e trinta e nove centavos).

g) Impairment de ativos não financeiros

Para o grupo do ativo imobilizado, em consonância com a NBCT 19.10 aprovada pela Resolução 1.292/10 do CFC a Cooperativa não realizou trabalho específico para identificação de possíveis ativos não recuperáveis, pelo motivo que a administração entende que não existem indícios de ativos passíveis de não recuperação.

4.5 Passivos circulantes e não circulantes

a) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, quando do recebimento dos recursos. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"). São classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano e como passivo não circulante se o pagamento devido for superior a um ano.

b) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

c) Transações com partes relacionadas

Os saldos apresentados, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, foram realizados conforme os termos e as condições acordados entre as partes.

d) Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração é composto pelo Conselho de Administração e Diretoria para um mandato de 04 (quatro) anos, e o Conselho Fiscal para um mandato de 01 (um) ano, designados mediante aprovação dos sócios da Cooperativa, na Assembleia Geral Ordinária.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da administração durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 912.958,45. A Cooperativa não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

e) Operações com terceiros

Quando for pertinente, para as operações com terceiros serão adotados os critérios de apuração de acordo com as normas fiscais vigentes e NBCT 10.8, que preveem os registros das operações separadamente, de modo a permitir o cálculo para a incidência de tributos.

f) Impostos e contribuições sobre o lucro

No Brasil, "impostos e contribuições sobre o lucro", compreendem o imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), calculados mensalmente com base no lucro tributável, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% para o IRPJ e 9% para a CSLL.

4.6 Patrimônio líquido

a) Reserva e fundos

O fundo de reserva legal, o fundo de assistência técnica educacional e social (FATES) e o fundo de desenvolvimento, foram constituídos em conformidade com o Estatuto Social da Cooperativa, Normas Brasileiras de Contabilidade, Pronunciamentos Contábeis e a legislação aplicável.

5 – Detalhamento de saldos

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Bancos	355.943,07	220.066,37
Aplicações financeiras	18.589.448,44	21.149.140,56
Total	18.945.391,51	21.369.206,93

5.2 Impostos a recuperar

	2025	2024
IRRF	748.377,33	337.719,04
PIS	0,00	988.927,15
COFINS	0,00	4.196.092,34
Total	748.377,33	5.522.738,53

5.3 Investimentos

	2025	2024
Em sociedade cooperativa	666.172,56	569.986,10
SICREDI	666.172,56	569.986,10

5.4 Imobilizado

	2025		2024	
	Valor	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Terrenos	1.352.451,41	0,00	1.352.451,41	1.352.451,41
Edifícios e benfeitorias	190.003.121,36	(61.458.707,46)	128.544.413,90	136.213.554,02
Máquinas e equipamentos	275.212.429,19	(194.095.331,68)	81.117.097,51	104.399.483,87
Móveis e utensílios	2.789.244,58	(2.225.293,45)	563.951,13	723.324,91
Instalações	43.345.501,06	(29.156.005,00)	14.189.496,06	17.986.730,39
Aparelhos de comunicação	141.364,80	(135.793,71)	5.571,09	10.676,57
Veículos	38.627,15	(38.627,15)	0,00	1.706,66
Equipamentos de informática	2.402.876,95	(2.397.578,95)	5.298,00	42.930,05
Total	515.285.616,50	(289.507.337,40)	225.778.279,10	260.730.857,88

5.5 Intangível

	2025		2024	
	Valor	Amortização acumulada	Valor residual	Valor residual
Marcas e patentes	26.390,00	(23.293,92)	3.096,08	5.479,66
Programas de computadores	211.773,39	(209.418,58)	2.354,81	3.333,92
Total	238.163,39	(232.712,50)	5.450,89	8.813,58

5.6 Financiamentos

Modalidade	2025			2024
	Circulante	Longo prazo	Total	Total
CDCA	0,00	0,00	0,00	25.136.427,82
CCB	12.818.869,56	0,00	12.818.869,56	60.476.897,18
CPRF	27.617.804,55	25.000.000,00	52.617.804,55	0,00
PRODECOOP	28.533.264,33	0,00	28.533.264,33	57.852.827,59
PROCAP	20.305.098,04	7.310.306,50	27.615.404,54	25.240.585,80
Total	89.275.036,48	32.310.306,50	121.585.342,98	168.706.738,39

Os financiamentos foram contratados a taxas praticadas para o respectivo setor, tendo como garantias: penhor mercantil dos bens de fornecimento, penhor de bens adquiridos, hipotecas de imóveis, aval dos diretores e notas promissórias rurais emitidas pelas filiadas, e os encargos financeiros foram apropriados até 31/12/2025.

5.7 Obrigações sociais e tributárias a pagar

	2025			2024
	Circulante	Longo prazo	Total	Total
CSLL	129.237,84	0,00	129.237,84	50.730,05
FGTS	4.636,11	0,00	4.636,11	9.460,26
ICMS	0,00	0,00	0,00	17.952,10
INSS	22.872,02	0,00	22.872,02	22.242,87
IRRF	30.059,83	0,00	30.059,83	28.363,92
IRPJ	356.994,00	0,00	356.994,00	138.916,82
PIS/COFINS/CSLL	168,80	0,00	168,80	968,28
PIS	0,00	0,00	0,00	394,18
Total	543.968,60	0,00	543.968,60	269.028,48

5.8 Obrigações com pessoal

	2025	2024
Salários e ordenados	47.280,24	44.873,85
Outros	95,67	95,67
Total	47.375,91	44.969,52

5.9 Outras obrigações a pagar

	2025			2024
	Circulante	Longo prazo	Total	Total
Ação Civil Pública-MPT	500.000,00	5.000.000,00	5.500.000,00	6.000.000,00
Outros débitos a pagar	69.313,07	297.800,00	367.113,07	331.305,18
Total	569.313,07	5.297.800,00	5.867.113,07	6.331.305,18

5.10 Capital social

O capital social subscrito está representado pela participação de 03 (três) cooperativas filiadas, atingindo um montante de R\$ 78.000.000,00 (Setenta e oito milhões), representado por 78.000.000 quotas-partes, cujo valor unitário de cada quota-parte é de R\$ 1,00 (um real).

Filia das	% Participação	Capital social subscrito
Coagru	49,9987%	38.999.000,00
Copacol	49,9987%	38.999.000,00
Coperflora	0,0026%	2.000,00
Total	100%	78.000.000,00

6 – Outras informações

6.1 Natureza e finalidade das destinações estatutárias

Reserva legal: Considerada como reserva de sobras e indivisível entre as filiadas, constituída em 20% (vinte por cento) das sobras líquidas apuradas no exercício, oriundas das operações com as filiadas, de acordo com os artigos 76 e 78 do Estatuto Social, além de outras destinações a critério da Assembleia Geral Ordinária. É destinada a reparar perdas e o desenvolvimento de suas atividades.

b Fundo de assistência técnica educacional e social – FATES/RATES: Considerada como reserva de sobras e indivisível entre as filiadas, sendo constituída de 10% (dez por cento) das sobras líquidas apuradas no exercício, oriundas das operações com as filiadas, e pelo resultado das operações com terceiros, conforme os artigos 76 e 78 do Estatuto Social. É destinado à prestação de assistência a seus empregados e a suas filiadas.

c) Reserva de desenvolvimento: Constituída de 40% (quarenta por cento) das sobras apuradas no balanço geral, que se destina à criação e à ampliação de setores operacionais da Cooperativa, podendo ser aplicada em inversões ou despesas.

d) Sobras à disposição da Assembleia Geral Ordinária - AGO: Das sobras do balanço geral, apuradas separadamente no fim de cada exercício social/civil, em relação às operações com as filiadas (ato cooperativo), os 30% (trinta por cento) remanescentes, serão distribuídos entre as filiadas, proporcionalmente ao valor das operações pelas cooperativas singulares efetuadas no período, junto a **COOPERATIVA CENTRAL**.

a) 6.2 Instrumentos financeiros

a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A **UNITÁ** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos.

Considerando a natureza dos instrumentos, excluindo-se os instrumentos financeiros derivativos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a **UNITÁ** resolvesse liquidá-los antecipadamente.

b) Política de gestão de riscos financeiros

A **UNITÁ** possui e segue política de gerenciamento de risco que orienta em relação às transações. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

A política de gerenciamento de risco da **UNITÁ** está a cargo dos Diretores e Conselheiros. Dentro desta política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da UNITÁ

I. Risco de crédito

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a **UNITÁ** tem como política trabalhar com instituições tradicionais evitando a concentração desses investimentos em um único grupo econômico.

II. Risco de liquidez

É o risco de a **UNITÁ** não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

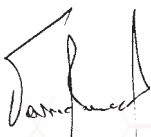
III. Risco de mercado – taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a **UNITÁ** incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A **UNITÁ**, quando exposta a um nível de risco significativo, monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

6.3 Eventos subsequentes

Em 31 de dezembro de 2025 e até a data da realização da auditoria em 30/01/2026 não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.

Ubiratã-PR, 31 de dezembro de 2025.



Valter Pitol
Diretor Presidente



Claudemir Pereira de Carvalho
Diretor Vice-Presidente



Solange Aparecida dos Santos Kosinski
Contadora CRC/PR 051.975/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Cooperativas Filiadas da

UNITÁ - Cooperativa Central

Ubiratã - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **UNITÁ Cooperativa Central** (“Cooperativa”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **UNITÁ Cooperativa Central** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades cooperativas.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades cooperativas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

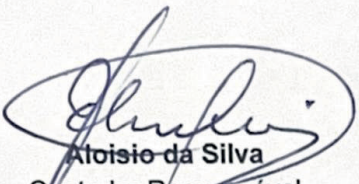
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as

correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da Auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Cascavel (PR), 30 de janeiro de 2026.

 Aloisio da Silva Contador Responsável CRC – PR Nº 026.526/O-4	 CSS Auditores Independentes CRC – PR Nº 005.689/O-5 OCB Nº 1.027/5 CVM Nº 10898
---	---

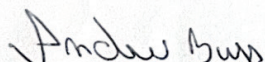
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, do Conselho Fiscal da **UNITA COOPERATIVA CENTRAL**, no cumprimento às atribuições legais e estatutárias, examinamos o Balanço Patrimonial e as Demonstrações de Sobras e Perdas, e demais peças contábeis, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

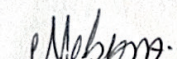
Baseados nos acompanhamentos realizados por este conselho durante o exercício, bem como nos trabalhos da Auditoria Externa, nos esclarecimentos prestados pelos Diretores e Contadora, somos de parecer que as demonstrações contábeis condizem com a realidade patrimonial e financeira da cooperativa em 31 de dezembro de 2025.

Por isso, recomendamos a Assembleia Geral e sua aprovação.

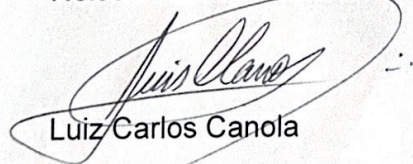
Ubiratã, 24 de fevereiro de 2026.



Andrei Buss



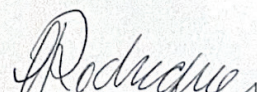
Nelson Vieira de Andrade



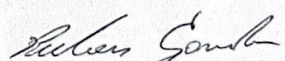
Luiz Carlos Canola



Lourival Malagutti



João Alves Rodrigues



Rubens Gomes Reis

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 2026

Receita Com Vendas e Serviços	71.480.000,00
Despesa c/ Pessoal	1.340.000,00
Despesas Técnicas e Gerais	38.000.000,00
Financeiro	26.000.000,00
Despesas Tributárias	550.000,00
Total de Despesas	65.890.000,00
Resultado Líquido	5.590.000,00

META PARA 2026

- Intensificar a automação da indústria.

Unitá